

O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA): DIREITOS E DEVERES

FANECO, Ana Beatriz dos Santos Soares¹

MAISTRO, Isabela²

LIMA, Isadora Santos de³

COSTA, Laís Bovo⁴

MEIRA, Luiz Felipe Bassil de⁵

Orientadora Profa Dra Patricia de Mello⁶

Orientador Prof Dr Wagner Tadeu⁷

RESUMO: O presente projeto extensionista, das ações de curricularização, vide disciplina do 1º ano, do curso de Direito, da Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, busca apresentar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de forma lúdica e interativa para crianças na faixa etária entre 7 e 10 anos. Sendo assim, problematiza-se o seguinte questionamento: Qual a origem e a importância do ECA? Percebe-se que o ECA consiste em uma legislação específica, destinada às crianças (até 12 anos incompletos) e adolescentes (12 a 18 anos), cujo propósito foi reconhecer esses menores como sujeitos de direitos e deveres protegidos pela lei. Sabe-se que o direito corresponde algo justo e correto, o qual garante que os pequenos cresçam seguros, saudáveis e felizes, enquanto o dever equivale a uma obrigação, que colabora para a criação de um mundo mais íntegro para todos. Logo, foi organizado três exercícios pedagógicos para serem aplicados em uma sala de aula, no entanto, devido questões infraestruturais, houve a necessidade de uma readequação das atividades didáticas, e foi executado uma tarefa recreativa. Para tanto, objetivou-se investigar o princípio e a imprescindibilidade do ECA, bem como especificamente compreender os principais direitos e deveres destinados às crianças e aos adolescentes. Neste sentido, o conhecimento detalhado desse Estatuto é fundamental para

¹ Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: ansbeatrizfaneco@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: maistroisabela@hotmail.com

³ Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: isasan1307@outlook.com

⁴ Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: laisbovocosta@gmail.com

⁵ Acadêmico do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: felipemeira232@gmail.com

⁶ Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2015), possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (1991) e mestrado em Ciência Jurídica pela Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro (2003), atual Universidade Estadual do Norte do Paraná. A experiência acadêmica e profissional de 30 anos é comprovada pela atuação em sala de aula, como Coordenadora do Curso de Direito da FACEAR, como assessora jurídica e professora da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, desde 1999. Atuou na área cível, com escritório próprio em Curitiba, por 20 anos. É especialista em Metodologia Científica e em Educação Especial e Direito Matrimonial e Processual Canônicos, tem experiência no ensino fundamental, médio, superior e na pós-graduação. Em seus estudos independentes procura dialogar sobre Direito e Educação, no contexto atual. Pesquisadora na área do Direito, Educação e Paulo Freire. É Professora Adjunta do Ensino Superior no Paraná, atualmente Coordenadora do Curso de Direito do Campus de Apucarana.

⁷ Possui Graduação em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (1987), Graduação em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco, UCB/RJ, Rio De Janeiro, Brasil (2010) e Mestrado em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (2007). Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Atualmente é Professor Adjunto da UNESPAR/FECEA, atuando principalmente nos seguintes temas: ética, direitos fundamentais e políticas públicas. Desenvolve Projeto de Pesquisa sobre Inclusão de Estudantes Especiais no Ensino Superior. Participa do Grupo de Pesquisa que trata sobre diferença, desvio e estigma.

reafirmar a proteção de pessoas que vivem em períodos de intenso desenvolvimento psicológico, físico, moral e social.

PALAVRAS-CHAVE: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Legislação específica; Sujeitos de direitos e deveres; Princípio e a imprescindibilidade do ECA.

REFERÊNCIA:

BRASIL. **Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm Acesso em: 12 set. 2023.